

## HISTORIOGRAFIA LITERÁRIA E TRADIÇÃO CRÍTICA

João Hernesto Weber - UFSC

I

Inicialmente convém expor, assim por alto, o conteúdo da minha "tese", depois livro, *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*, para, depois, tecer alguma consideração, que diz da historiografia literária e da formação de certa uma tradição crítica no Brasil..

No livro, pretendi percorrer, os textos dilatados seqüencialmente no tempo, os caminhos da historiografia literária brasileira, fundamental, ao lado da literatura, para a construção de um imaginário sobre a "Nação", nação que, no dizer de Antonio Candido, ou Roberto Schwarz, carecia, até recentemente pelo menos, de toda uma tradição filosófica, científica e assim por diante, lacuna ocupada e preenchida pelo ensaísmo, em que se pode incluir a historiografia literária.

Em decorrência, tentei reler os assim chamados "românticos", ancorado, eu num ponto e eles noutra, em Ferdinand Denis, que escreve um primeiro esboço de uma história literária brasileira já depois da independência política do País. Mais do que uma história, estabelece um *receituário* sobre como deveria ser a literatura brasileira. Cotejei-o com os textos de autores românticos, como Santiago Nunes Ribeiro, por exemplo, ao lado de um Joaquim Norberto, buscando convergências e, mais do que isso, acentuar o processo seletivo, portanto divergente, efetuado pelos românticos. Depois, fui a Machado de Assis, tentando lidar com o seu "Instinto de nacionalidade" e dele, do ensaio de Machado, fiz uma espécie de "cavalo de batalha" para o meu texto, como ainda pretendo indicar. Na seqüência, li a *História* de Sílvio Romero e fui ler também a *História* de José Veríssimo, para chegar enfim ao Antonio Candido de a *Formação da literatura brasileira*, a Afrânio Coutinho e a Nelson Werneck Sodré, não necessariamente nessa ordem, para, por fim, deter-me na crítica e historiografia dos anos setenta, representadas pelo Candido de "Literatura e subdesenvolvimento" e por Roberto Schwarz e Alfredo Bosi.

Esse percurso levava em conta três pressupostos, basicamente: a historiografia literária seria expressão de determinados contextos histórico-sociais, com as suas demandas ideológicas específicas; além de expressão, via de mão única, seria, também, construção de imaginários sobre a nação e a nacionalidade literária; e, por fim, como discurso sobre um mesmo objeto, possivelmente travasse ela, ao longo do tempo, em seus diferentes textos, um diálogo constante consigo mesma, mas sempre em diferentes situações histórico-sociais.

Nesse sentido, busquei reler o ideário romântico sobre a literatura nacional, tomando por base, como disse, o texto de Ferdinand Denis, que representava, já, uma inflexão do pensamento brasileiro, no sentido de buscar na França, e não mais em Portugal, a sua âncora. O livro de Denis podia ser lido como base do pensamento sobre a nacionalidade da literatura brasileira, indo desde o expurgo de alguns dos neoclássicos até a consagração do indígena como temática nacional diferenciadora por excelência. O texto de Denis era, nesse sentido, escrevia, "programático e paradigmático". Claro, alguns "nós" precisavam ser desatados: a questão do negro como elemento constitutivo da nacionalidade, por exemplo, referido por Denis, seria evidentemente elidida pelos românticos locais. Num aspecto mais abrangente, os ensaístas românticos precisavam lidar com a questão da língua, origem, acredito, de uma das grandes "saídas" de nossos românticos e de seus sucessores: se a utilização da língua portuguesa como veículo literário poderia ensejar — como realmente ensejou — a que alguns negassem a existência de uma literatura nacional, *brasileira* — afinal, não havia uma língua brasileira estruturalmente diferenciada da portuguesa — possibilitou, também, o argumento de que o que realmente interessava era o "sentimento íntimo" que a animava, argumento que, em outros vieses, reencontraremos em Machado de Assis, Sílvio Romero e José Veríssimo, por exemplo.

O discurso romântico expressava, nesse sentido, o que era necessidade histórica da nação politicamente recém-emancipada, isto é, a necessidade de diferenciação em relação a Portugal, pelos caminhos da sua individuação paradoxalmente associada a um outro imaginário, fornecido pelo França, principalmente. Esse era um dado a que era necessário se apor outro: era expressão da individuação da nação não como ente etéreo, por mais que assim se o pretendesse, como aliás ocorre com toda ideologia nacionalista, mas expressão dos interesses daquela classe social que fizera a "Nação", os senhores de escravos do Vale do Paraíba, sustentáculo do Império.

Predicar a existência de uma literatura brasileira era a expressão dos interesses da classe dominante local, mas era, também, construção de um imaginário que deveria dar vazão a esses interesses, e, mais, que deveria possibilitar que virtualmente todos nele se reconhecessem. As teses historiográficas românticas criavam uma genealogia para a nação, fixavam os limites do que poderia ser e não ser nacional, criavam identidades e fidelidades, em suma. Em última instância, *fundavam* a própria "Nação", e, também, toda uma tradição em relação aos estudos literários no Brasil, que teriam como vetor básico a questão da nacionalidade literária.

Evidentemente, no que se dizia não ia qualquer novidade. Nem era essa a minha intenção. Interessava-me, ao contrário, reafirmar esse ponto de vista para jogá-lo em direção ao que vinha pela frente, em termos de construção de novos, mas nem tantos, imaginários sobre a "Nação".

Depois, fui a Machado de Assis, com o seu "Instinto de nacionalidade". No "Instinto", Machado, sem desfazer da "nação romântica", com ela, ao mesmo tempo, rompia. Enquanto Alencar escrevia, à época, o "Como e porque sou romancista", legitimação e justificação de seu fazer passado, Machado, na mesma época, jogava um olho ao futuro. O texto de Machado, costume afirmar, pode ser visto como uma aula de lógica argumentativa. Ele passa o tempo todo estabelecendo linhas de força existentes na e mesmo para a literatura brasileira, para, ato contínuo, refutá-las, negá-las, não em sua existência, mas em sua exclusividade. São teses sobre teses, antíteses sobre antíteses, umas não simplesmente elidindo as outras, para chegar à sua grande síntese: mais do que qualquer temática, deveria interessar à literatura nacional que esta expressasse um "sentimento íntimo", o escritor como homem de seu tempo e de seu país, na expressão hoje clássica.

O texto de Machado proporcionava uma abertura ímpar, dificilmente reencontrável em nossa trajetória crítica, para o que pudesse significar "fazer literatura brasileira". Claro, era preciso atar o fato aos estertores do Império, que já se anunciavam, Machado emparedado entre a "nação romântica" e o que estava, à época, a se gestar em termos de outros projetos nacionais. Era expressão de um tempo que findava, e era suspeição de um novo tempo que buscava se instaurar, como ele mesmo deixaria claro em seus escritos críticos posteriores — "A nova geração", "O primo Basílio" — e era a construção, quem sabe, de uma utopia.

Sílvio Romero, de sua parte, fazia uma inscrição bem definida nesse horizonte aberto por Machado. Primeira tentativa de uma história literária de fôlego, e, mais, de *explicação* da própria nacionalidade e de sua literatura, esta *produto* daquela, o texto de Romero representava os novos tempos, de esgarçamento dos limites da nação, dando abrigo, nela, a novos grupos sociais, legitimando a luta pela ascensão ao poder de frações da classe dominante até então dele alijadas. Apenas a título de ilustração, pode-se afirmar que não seria por acaso que ele insiste na importância da "Escola de Recife", ou na da obra de Tobias Barreto, reafirmação de representações da "Nação" produzidas fora do centro, e adentrasse temas como a miscigenação, a imigração e a federação...

Sílvio Romero construía, enfim, com a sua *História*, um amplo painel do que julgava ser a "Nação", não mais a nação centralizada, escravista e romântica, com seus "maracás e tangapemas" como índices de nacionalidade, mas a nação "arejada", digamos, pela ciência burguesa e européia do tempo, com o que construía, também, através da historiografia literária, um grande projeto de nação, consoante os interesses sócio-econômicos e políticos em jogo ao final do século XIX, interesses que desaguiariam em nossa revolução burguesa, na forma em que esta foi realizada, com a Abolição. De novo: expressão e representação dos anseios de uma determinada classe, ou fração de classe, construção de um

novo imaginário tanto para essa classe como para o conjunto da "nação", esse o itinerário da *História* de Romero. Também o sabemos: uma vez realizadas as aspirações que deram impulso e vigor ao texto de Romero, a história, e a própria história da recepção de suas idéias, poderia passar a ser bem outra, como, aliás, efetivamente ocorreu.

Ainda a propósito de Romero e Machado e os românticos: se Machado, em relação aos românticos, abria imensamente o leque do que poderia significar fazer literatura brasileira, e Romero estabelecia um determinado recorte nessa abertura, buscando estabelecer as bases "científicas" dessa literatura, haveria aí, ainda assim, um tremendo paradoxo, em termos da própria cientificidade da percepção crítica romeriana: tentando dizer que a temática não interessava, "os bumba-meu-bois ou o samba" não sendo índices da nacionalidade, e que o que interessava era, isto sim, o "espírito íntimo" que animava essa literatura, dizia ele que não saberia como defini-lo, identificando-o, no entanto, quando com ele se deparava... Daí escrever ele a sua *História*, afora as incidências biográficas, o que também era do tempo, buscando indícios de uma literatura nacional com base, normalmente, em temáticas "nacionais", no que ele se encontrava muito mais com os românticos do que com Machado. Isso para não insistir, com ele, no seu critério de valor: o julgamento dos autores por sua contribuição à construção da nação...

Disjunção semelhante à de Romero, mas por certo não igual, se pode observar em José Veríssimo, em sua *História da literatura brasileira*. "Zé Veríssimo" traça um roteiro da literatura brasileira em que esta, de galho, ou frágil ramo da portuguesa, vai dela gradativamente se diferenciando, para, enfim, tornar-se "nacional", ou "formada", como diria posteriormente Antonio Candido, com o Romantismo. Disjunção semelhante mas não igual à de Romero, eu afirmava: é que, de início, também Veríssimo apela à cor local como critério valorativo das obras, critério, na verdade, de diferenciação da literatura que aqui vai se formando em relação à portuguesa, para, finalmente, passar a um critério "estético", no sentido em que o entendia, para avaliação das obras, a de Machado em especial. Claro, isso não deixava de ter a sua lógica: depois de a literatura estar plenamente formada, o que restaria à análise literária, ao tempo de Veríssimo, e na ótica que o alimentava, senão a "estética"? É preciso pensar no momento em que ele escrevia o seu texto, quando os projetos e utopias de um Romero tinham encontrado, à revelia deste, e longe daqueles, a sua consecução histórica...

A passos largos, fui de Romero e Veríssimo a Afrânio Coutinho, Nelson Werneck Sodré e Antonio Candido. A *Introdução à literatura no Brasil*, de Coutinho, a que me ative, porque a obra mesma, como um todo, é coletiva, faz um jogo extremamente fértil, para quem o vê de longe, entre pretensa modernidade e tradicionalismo. A "modernidade" encontra-se no *new criticism*, formalismo idealista centrado nos estilos de época, e o

tradicionalismo encontra-se no desbragado ufanismo neo-romântico que é o verdadeiro cerne de sua obra, a dizer que a literatura no Brasil foi, desde sempre, brasileira, pela própria *obnubilação brasílica*, expressão tomada a Araripe Júnior, do colonizador, desde que este aqui aportou, ou a dizer que assim como a literatura, também a crítica teve uma "tradição afortunada". De um lado, revestimento e exterioridade modernosos, ânsia de estar em dia com a ciência do tempo, no caso a literária, a *Literaturwissenschaft*, como ele mesmo refere, o que o levaria inclusive a pregar a emancipação do campo literário como especialidade universitária; de outro, verdadeiro miolo de seu texto, a tradição conservadora — esse o perfil da obra de Coutinho. Era um jogo duplo, e nada tão absurdo assim. Resgatando a tradição romântico-ufanista, ele criava uma genealogia que, "afortunadamente", desembocava nele, ou na fração de classe que ele representava; e com a exterioridade "moderna" do seu texto dizia que estava senão à altura, à frente inclusive de seu tempo. Era a estruturação, em termos textuais, de uma das possibilidades históricas em pauta nos anos 50: era preciso ser "moderno" sim, pelo menos na aparência, enquanto se cultivava o conservadorismo, a reivindicar um lugar ao sol para os remanescentes das velhas elites "nacionais". Ao se considerar o pacto nacional-desenvolvimentista vigente à época, nada estranha. *A Literatura no Brasil* era expressão, para voltar ao arcabouço teórico do meu texto, dos tempos do nacionalismo desenvolvimentista, e era a própria construção desse mesmo tempo, por cima e além dos eventuais paradoxos e contradições entre modernidade e tradicionalismo. Pelo menos, o era para uma significativa parcela de nossa intelectualidade, atrelada justamente à tradição conservadora, e que dela não abria e tampouco abriria mão, como, por sinal, ver-se-ia depois, nos "anos de chumbo", em todos os sentidos.

Enquanto Coutinho publicava o seu *A literatura no Brasil*, Nelson Werneck Sodré publicava, em 1960, a terceira edição de sua *História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos*, reescritura de seu livro de 38, por sinal pouco lembrado quando se fala das revisões historiográficas dos anos trinta. Sodré, não obstante a sua visão historiográfica, ou talvez por causa dela mesma, de fundo estalinista, recupera a tradição das grandes releituras do país através da história literária, a exemplo de um Sílvio Romero. Relegada a uma espécie de limbo nos nossos Cursos de Letras, *A História* de Sodré, a de 1960, muito mais do que estudo literário propriamente dito, em termos de análise textual, busca repassar a nossa "formação" econômica, social, cultural, e se inscreve, acho, como importante documento de nossas "aflições formativas", ao tratar da questão da "transplantação" cultural, por exemplo. No meu texto, eu procurava, acredito que com alguma coerência, vinculá-lo ao nacional-desenvolvimentismo, que dava abrigo a uma espécie de grande consenso, ou conchavo político, com centro no Rio de Janeiro. *A História* de Sodré era a concretização do projeto nacional de uma das frações que integravam esse "consenso": se Afrânio Coutinho representava a tentativa de integração pela "direita", Sodré representava a esquerda tradicional que

predicava a necessidade de uma revolução democrático-burguesa no País, para, finalmente, poder lutar pelo socialismo. A revolução nacional, dizia-se à época, batia à nossa porta, e, em termos de literatura, ela significava a nossa própria maturidade, isto é, a plena formação de uma literatura verdadeiramente "nacional". No que deu esse projeto, e para onde foi a tal de burguesia nacional, a gente bem o sabe...

Tentei, também, ainda no contexto dos anos 50, ler a *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, tarefa nada fácil, diga-se de passagem, dada a espécie de ícone intocável em que a transformaram. Lendo-a, afirmava que Candido, leitor assíduo e crítico do método de Romero, era fiel leitor de José Veríssimo. E afirmava — aliás, ainda afirmo — que Candido construía, à época, num patamar diferenciado daquele em que se situava Afrânio Coutinho, também uma espécie de "tradição afortunada" da nossa trajetória literária. Alicerçado no hoje, por causa da difusão da própria obra de Candido, conhecidíssimo esquema culturalista da tríade autor-obra-público, o nosso historiador e crítico construía uma história da nossa literatura que tinha seu início formativo nos neoclássicos, na *Aufklärung* brasileira, e a estendia, organicamente, *sem anomias e disfunções*, eu dizia, dentro de seu universo semântico, de origem na antropologia funcionalista, aos românticos, centro de nossa formação, ao lado dos modernistas de 22, diria ele depois. O texto de Candido é conhecido, e os prefácios e a Introdução mais conhecidos ainda, e por isso mesmo neles não me detenho. O que me interessava, na verdade, era perceber a sua inserção ideológica. A *Formação* não devia ser um texto extemporâneo, texto de um romântico fora da estrada, ou de um Zé Veríssimo redivivo. O vínculo da perspectiva que animava a *Formação* com o seu tempo de escrita eu o estabeleci prospectivamente, já que Candido interrompera a sua história às vésperas de um Machado de Assis: a nossa formação tivera início na disciplina, e não barbárie, neoclássica, ilustrada, passara pelo romantismo, e desembocava no projeto ilustrado da burguesia paulista, alijada do poder em 1930, derrotada em 32, e que, na seqüência, trouxera uma nova "missão francesa" para a formação de uma elite que pudesse sustentar as aspirações dessa fração da classe dominante local. Era expressão dos anseios de uma determinada classe, e era a consecução de um projeto de classe: assim como a nossa literatura estava formada, nas trilhas bem comportadas da razão do Ocidente, assim como São Paulo renovara o País — resumido a São Paulo, na verdade —, assim como Sérgio Buarque de Holanda apontara para a nossa "revolução", pelos hábitos mais burgueses, civilizados e democráticos que caracterizariam, a seu ver, a burguesia paulista, cordialidade ibérica versus urbanidade burguesa, a *Formação* apontava, na trilha de Sérgio Buarque, para a formação de uma sociedade também ela esclarecida, ilustrada, nos moldes da paulista, ou, institucionalmente, e simplificando, nos moldes predicados pela elite pensante da USP.

Esse projeto, o das "Luzes", assim como tantos outros, também daria com os burros n'água, quando essa burguesia viria a mostrar a sua verdadeira face "iluminada", isto é, quando viria, como dizia, à época, um sociólogo oriundo da mesma escola, a se "associar" com a burguesia internacional, protegida, a associação, pela ditadura militar e pelo "guarda-chuvas atômico" dos EUA.

E daí a admirável grandeza de Candido: nos anos sessenta/setenta, ele iria reler a sua *Formação*, não mais pelo lado das "felizes convergências", mas pelo lado da *anomia*, das *disfunções* de nossa trajetória, dilacerado, também ele, pela aguda consciência do nosso subdesenvolvimento. "Literatura e subdesenvolvimento", "Literatura de dois gumes", o antológico "Dialética da malandragem" revolviam, enfim, a nossa formação, a que se pode somar o seu texto sobre *O cortiço* — "A passagem do dois ao três" principalmente, parte de um estudo mais amplo publicado posteriormente sob o título "De cortiço a cortiço", In *O discurso e a cidade*. São, todos, textos antológicos enquanto explicitação de um determinado percurso teórico e enquanto texto de resistência à ditadura e ao seu correlato acadêmico — o formalismo estruturalista então imperante entre significativa (nem tanto, nem tanto...) parcela de nossa intelectualidade. A isso chama-se dignidade intelectual. E é desnecessário dizer que o projeto de nação envolvido nesses textos que acabo de citar também já era bem outro daquele da *Formação*.

Juntamente com o Candido dos sessenta/setenta, busquei reler também a *História concisa da literatura brasileira*, de Alfredo Bosi, que, a meu ver, tinha muito pouco a ver, em sua realização, com as intenções explicitadas na introdução; reli, depois, a produção de Roberto Schwarz existente naquele momento — escrevi o texto em 92, principalmente em 93 —, em que o Autor retoma diversos "ganchos" deixados por Candido para reler a nossa história cultural em um de seus momentos "decisivos", o da passagem do escravismo para o trabalho formalmente "livre"; e finalmente fui ler a *Dialética da colonização*, em seu aparente marxismo, aparente porque mal resolvido, e de quem Schwarz daria depois a chave: expressão das *comunidades eclesiais de base*, ou da Teologia da Libertação.

Mas de tudo isso era preciso fazer uma síntese. Utilizando-me de algumas pitadas de Walter Benjamin, estabeleci um grande arco, que ia dos românticos aos anos 40/50/60, com as obras de Coutinho, Sodré e o Candido de a *Formação*. E dizia que cada período, e cada autor, cada um à sua maneira, estabelecia grandes linhas de continuidade em nossa literatura, que necessariamente redundavam em nossa formação literária plena, espécie de ufanismo mesmo que revestido de descritivismo, como lembraria Luís Costa Lima a propósito de a *Formação*. A essas linhas de continuidade eu opus os autores dos anos 70, aqueles que ficaram na "trincheira", evidentemente.

A esse par, tão dual, e tão simploriamente dicotômico, era necessário apor algumas frinchas, rachaduras, para destacar justamente aquilo que era do meu interesse: voltar a Machado, ao seu "Instinto", com a sua dialética de afirmação, negação e não exclusão, para estabelecer uma ponte entre ele e a geração dos anos 70, entre Machado e Candido principalmente, sem esquecer Roberto Schwarz, que, com certeza não por acaso, iria, nas pegadas de Candido — de uma leitura *sua* de Candido, obviamente — se debruçar justamente sobre a obra de Machado. Até que ponto, afinal, não se concretizava aí, nesse encontro dialético entre Machado, Candido e outros, a possibilidade de se repensar a literatura brasileira?

Por fim, atrevi-me, naquele meu texto, a lançar um apelo à "nova geração", tendo presente que eu escrevia de onde escrevia, isto é, da "periferia da periferia": quem sabe não fosse possível radicalizar a visão de Machado, universalizando, para o restante do país, a sua visão sobre a literatura dita "nacional"? Universalizar para o restante do país a visão de Machado: isso significava, evidentemente, reconhecer a existência de outros "projetos de nação", de ainda outras "linhas de força" em nossa literatura, para além daquelas por ele dialeticamente indicadas, refutadas, não negadas, e também, possivelmente, para mais além daquelas indicadas por seus sucessores, o Antonio Candido de "Literatura e subdesenvolvimento" à frente.

O meu texto, em sua parte final, pretendia-se um apelo, portanto — retórico, por certo — à "nova geração", e também um desafio a ela: é que acreditava, e ainda acredito, que tem muita coisa que ainda tem ficado de fora, ou "fora do lugar", nessa história toda. Enfim: acredito que outras histórias, entre afirmações, negações, não exclusões, são ainda hoje possíveis.

## II

Esse apanhado do livro, para além de demarcar posições, pareceu-me necessário para o que aqui se enseja. O meu texto, de uma forma ou de outra, independentemente de seus erros e eventuais acertos, possivelmente escassos, pretendia, a sua maneira, de forma implícita até, andar minimamente na contracorrente, em termos de embate político-ideológico, daquilo que ia, e ainda vai, hoje talvez até com mais prestígio, pelas nossas academias mas não só — isto é, a percepção fragmentária, diluente, ou homogeneizante, do social, da história (a-histórica), imperante em amplos setores de nossa "inteligência". O livro, mesmo em sua "ortodoxia", como já me o afirmaram, creio que apontava, de uma ou outra maneira, para uma *história* da historiografia literária no Brasil, o que significava, também, tomando em conta a nossa própria tradição historiográfica, apontar para a *formação* da historiografia literária no Brasil, com seus acertos e desacertos, noção necessária para que se indicasse, também, na confluência ou divergência, a possibilidade de construção, na



esteira de nosso processo formativo historiográfico e crítico, de uma (ou várias), história(s) da literatura brasileira, no que eu punha ênfase no lugar de onde se escreveriam tais tentativas, e onde elas se inscreveriam, em suas injunções literário-político-ideológicas.

Pois bem. Acredito, hoje, ser necessário, antes de tentar reescrever a nossa história literária, repisar algumas dessas questões da nossa "formação" *historiográfica e crítica*, centrando a discussão em Candido e Roberto Schwarz. Em dois sentidos: primeiro, fazendo uma leitura mais pontual desse "ponto de chegada" de nossa tradição, lendo Antonio Candido e Roberto Schwarz em relação aos seus próprios processos formativos. Em última instância, acredito de utilidade dar a devida ênfase à formação de um determinado percurso crítico, que vai de Machado a Candido e Roberto Schwarz, vindo de onde "saem" os diferentes discursos em termos de tradição, leitura e releitura dos predecessores, buscando perceber, fundamentalmente, *como essas leituras e releituras são constantemente reencaixadas em outros pressupostos teóricos* — sem deixar de tentar perceber, também, os diferentes embates com as correntes crítico-político-ideológicas com que cada qual, em diferentes momentos, precisava se confrontar. Isso, e esse é o segundo ponto, *para evitar homogeneizações também no campo crítico que me é particularmente caro (e não só a mim, com certeza)* — **o de uma crítica genericamente "de esquerda"**. Acredito, enfim, que perscrutar esse diálogo crítico, formativo de uma "certa" tradição crítica, que pretende vincular, sob óticas diferenciadas, literatura e sociedade, tem ainda muito a render, na eventualidade de se buscar construir outros discursos historiográficos — não *outros* porque "novos" ou coisa que o valha, mas porque atrelados, justamente, a essa "certa" tradição a que me referia.

Fazer uma leitura mais pontual de uma "certa" tradição *historiográfica e crítica*: como pano de fundo dessa releitura encontra-se, percebe-o o eventual leitor, a própria noção de uma formação *literária*, a quem a tradição crítica persegue e em cujo percurso também ela, a crítica, se *forma*. Trata-se de uma analogia possível, que fica na sombra do que se pretende, com seus fantasmas inevitáveis, como ainda pretendo indicar. Mas vejamos, centrando nosso foco inicialmente na *Formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido.

Diz uma determinada leitura que a *Formação* pára às portas de Machado de Assis, possibilitando-nos a descoberta da própria "grandeza" de Machado. Manoel Antônio de Almeida, Macedo e Alencar, só para ficar nesses exemplos hoje recorrentes, teriam, nesse sentido, terraplenado o solo que possibilitaria a irrupção de Machado, um escritor "maduro" que se alça a essa condição justamente por ter com quem dialogar, em termos de uma tradição local "já formada". Simplificadamente, é isso. Com um certo exagero — meu, por certo — poder-se-ia dizer que nessa leitura da *Formação* o "sistema", num longo processo de maturação, que se estende

dos árcades aos românticos, é visto como se formando para receber Machado.

Essa, com certeza, é uma leitura nem um pouco descabida da *Formação*. Basta lembrar que é o próprio Antonio Candido quem a enuncia, ao referir-se explicitamente a essa condição, como se lê nas páginas introdutórias à análise dos romancistas do II Império, no segundo volume da *Formação*, ou ao terminar a sua obra justamente com o "Instinto de nacionalidade" machadiano. Isso, para não falar da insistência de Candido na noção de *tradição local*, escritor-puxa-escritor, acúmulo necessário para o surgimento de escritores de proa na literatura nacional.

Vinda do próprio Candido, essa leitura que hoje comumente se faz, dizia, não é nem um pouco descabida. Genericamente, na verdade, ela não é nem um pouco descabida. Antonio Callado, aliás, em belo ensaio — "Formação da literatura brasileira: um monólogo interior" —, já apontara para ela, ao comparar a *Formação* com uma viagem marítima cujo porto de chegada era Machado, o "herói oculto" do livro maior de Candido. E não é possível esquecer o que Roberto Schwarz com ela faz, ao analisar a obra de Machado, em *Ao vencedor as batatas*, e nos livros que se seguem, justamente a partir dessa tradição cumulativa, digamos, num dos pontos indiscutivelmente altos de nossa crítica.

Essas leituras do nosso processo formativo, ainda assim, e muitas vezes, parecem-me muito atraídas pelo poder de ímã exercido pela própria arquitetura teórica de que se arma Antonio Candido em seu livro já clássico. Refiro-me ao espírito integracionista que o anima, em dois sentidos: o da conjunção *harmoniosa e feliz* da literatura brasileira à literatura ocidental, em seu período formativo, e o do estabelecimento de um patamar viável ao crescimento *orgânico* da literatura local, de que Machado seria o exemplo maior como ponto de chegada — e os naturalistas, por (re)começarem do zero, ou de Eça e Zola, um mau exemplo, no dizer do próprio Candido, perspectiva relativizada depois no "De cortiço a cortiço", em que o autor recupera, na análise do romance, a tradição do jogo entre as formas européias e as injunções locais...

Ora, é essa atração pelo método empregado por Candido na *Formação* que me deixa um tanto quanto "de orelha em pé", quando não devidamente matizada, principalmente quando se pensa na possibilidade de uma *tradição crítica* que aqui *vai se formando*. Novamente por dois motivos: em primeiro lugar, é preciso que se diga que o método da *Formação* é funcionalista, em que sobressaem os acertos da *integração harmônica* do local e do particular ao "universal-ocidental-europeu", tendo, nesse sentido, pouco de dialético, o que, aliás, nem era propósito e pretensão de Candido; e, em segundo, que o Antonio Candido de a *Formação* não é o mesmíssimo Antonio Candido de "Literatura e subdesenvolvimento", do "Dialética da malandragem" e de "A passagem do dois ao três (Contribuição

para o estudo das mediações na análise literária)", só para citar alguns outros textos também já clássicos de Candido, distantes, no entanto, temporal e metodologicamente, de a *Formação*.

Na verdade, mais do que a atração pelo método de a *Formação*, o que, aliás, é absolutamente legítimo, dependendo da opção teórica de cada um, o que intriga, para dizer o menos, nessas leituras não é tanto a tentativa de seguir passo a passo os caminhos de Candido na *Formação*, mas a tentativa de alterar os fundamentos metodológicos de seu livro, trazendo a *Formação* para um campo e horizonte teórico que não é o seu.

Em nome da dialética, há a propensão de transformar o Antonio Candido dos anos quarenta/cinquenta num crítico de vertente histórico-estrutural, quando não o é. Abandona-se, em suma, o horizonte da antropologia culturalista que o anima para jogá-lo nos braços de uma leitura veladamente, se tanto, marxista. O procedimento des-historiza Candido, em sua trajetória crítica, em sua própria *formação crítica* enfim, assim como des-historiza a formação de nossa crítica de esquerda em geral, homogeneizando aquilo que é uma "travessia".

Nesse sentido, tentar "salvar" o Antonio Candido de a *Formação* para a crítica dialética — do que ele com certeza não necessita, mas talvez muitos de nós sim, dado o próprio isolamento a que essa vertente crítica foi relegada — não ajuda. Pelo contrário, só faz atrapalhar.

Também é certo: os leitores "salvacionistas" de a *Formação* colocam a ênfase ou na fina *ironia* de Candido, que "desqualifica", em termos, mesmo porque o tom é extremamente cordial e simpático, a nossa literatura e o romance romântico em sua busca de "cor local", exotismo bom para europeu ver — leiam-se as belas páginas de Candido sobre Macedo, a começar pelo título do capítulo — , ou no *jogo*, mas nem tanto, entre as formas européias e a matéria local, buscando, nele, no jogo, uma dialética que se sobreporia ao funcionalismo integracionista assentado na antropologia funcionalista.

É argumento, ou são argumentos de peso, sem dúvida, fazendo ver que o livro realmente tem força. A ironia de Candido em relação aos nossos românticos é certa, e o jogo local/universal presente nas análises de Candido salta aos olhos, ainda mais quando ele destaca a ênfase, em diferentes períodos, ou no "universal" ou no local — no "universalismo" neoclássico primeiro e no localismo romântico depois, por exemplo. Essa dialética, se é que assim se pode realmente dizer, ou esse jogo que perpassa o dualismo do local e do "universal", dualismo, diga-se de passagem, que nem sempre precisa ser dialético, é subsumida, no entanto, pela visão culturalista e integracionista, que levaria aos *felizes* resultados, e à *feliz* convergência entre o "universal" e o particular.

Não perceber isso, dizia, é "obnubilar" a trajetória de Antonio Candido da *Formação* até "Literatura e subdesenvolvimento", ou até a "Dialética da malandragem" ou, ainda, e fundamental, porque explicitação de um ponto de chegada, aí sim, poder-se-ia dizer, dialético, de vertente *marxista*, até "A passagem do dois ao três". Fazê-lo, de outra parte, é resguardar Candido, e clarear, ou iluminar, a tradição crítica, por certo não homogênea, que alguns poucos ainda aspiramos a integrar.

Por sinal — e eu o cito aqui porque este texto não se dirige, como talvez a princípio possa parecer, especificamente a ele, e sim a parcelas da "nova geração" —, Roberto Schwarz tem, ao longo de sua própria formação, apontado para essa *trajetória* do "mestre" Candido. Leiam-se, a propósito, as "Duas notas sobre Machado de Assis", em que Roberto Schwarz estabelece um diferencial significativo entre a perspectiva que anima a *Formação* e aquela que viria a animar "Literatura e subdesenvolvimento", ou, ainda, leiam-se os "Pressupostos, salvo engano...", em que Schwarz, mesmo que puxando Candido relativamente para o seu campo (e agora a "fina ironia" dirige-se ao mestre Candido, com seu "esqueminha" de fundo estruturalista) embora a fina ironia anti-estruturalista que apõe ao esquema desenhado por Candido, matiza a questão ao enfatizar os acertos do procedimento de *redução estrutural*, "de tirar o chapéu", afirma Roberto Schwarz, realizado por Candido "*num ensaio de abordagem culturalista*".

Aliás, a própria noção de *sistema*, que alimenta a *Formação* (e mesmo "Literatura e subdesenvolvimento", em que no entanto se perscrutam as *disfunções* e *anomias* do "sistema") já deveria ensejar um mínimo de cautela a quem pretende, assim sem mais nem menos, trazer Candido para um campo que não é o seu: afirmar que há uma dialética — e há — que perpassa o sistema, internamente, não basta; é preciso articulá-lo à história econômico-social concreta, nomeada em termos histórico-estruturais. Mas daí não é mais o Antonio Candido de a *Formação*...

Mas enfim. Não obstante as boas intenções que animam essas leituras, são leituras, dizia, *retrospectivas*, ou retroprojetadas, sobre a obra capital de Candido, a lançarem sobre a *Formação* marcas metodológicas requeridas por alguns agora, mas adquiridas pelo Autor somente no decorrer do tempo, em seu próprio processo formativo. Em nome do prestígio (pois não é que ainda falam nele, na academia, mesmo como contraponto, exemplo daquilo que não deve ser pensado...?) de Candido (e de nosso desamparo, nesses tempos tão pós-?) e da (re)afirmação do método dialético, traz-se a *Formação* para o campo, *lato sensu*, dos estudos marxistas, o que pode, como já afirmava, não coincidir nem com o texto, nem com as pretensões do Autor. "Força-se a barra", em suma, em nome daquilo que desejamos, mesmo que a obra, em si, assim não se deseje.

Com o que afirmei, já disse, também, que prefiro outro caminho de leitura, sem abrir mão da noção mesma de "formação". É que Candido, à

semelhança de Machado, este visto aqui e agora em termos de formação literária, também se forma, e é parte integrante de um processo formativo mais amplo, agora da crítica. De uma "certa" crítica, bem entendido. Perder isso de vista é perder a própria riqueza do processo, e é erigir barreiras à possibilidade de se enriquecer a própria tradição crítica de esquerda, que fica travada pela homogeneização a que acima me referia.

Em última instância: creio ser necessário reler a tradição crítica que vai de Machado a Candido, matizando-a. Cito, aqui, apenas alguns indicativos desse procedimento, mesmo porque já suficientemente enunciados, embora de forma dispersa, em vários estudos machadianos, e começo pela tradição literária, a que se pretende apor a tradição crítica. A leitura que aponta para a organicidade da literatura brasileira, que se forma, em termos de narrativa, com Manoel Antônio de Almeida, Macedo e Alencar para culminar em Machado precisa ser, em suma, e no mínimo, relativizada. Ao lado da tradição local, que leva Machado a reescrever os seus "predecessores", seja em termos episódicos, e paródicos — é o caso, por exemplo, do camafeu da Moreninha, das procissões do Divino, do bracelete de Ceci, como lembra John Gledson em ensaio que introduz a sua coletânea de contos de Machado —, seja em termos temáticos, ao enfocar, em suas narrativas, à semelhança de Manoel Antônio de Almeida, os "homens-livres"; seja em termos estruturais, invertendo a relação centro/periferia no romance (aquilo que em *A moreninha* e em *Senhora* era periférico, o mundo local, apanhados, nesses autores, pela "descrição" (Lukács), passa, em Machado, a centro da narrativa..., como, aliás, tão bem enfatiza Roberto Schwarz), é preciso lembrar as outras "fontes" machadianas: a tradição clássica, "luciânica", perseguida por Elenilton de Sá Rego, nas pegadas de Merquior; a tradição do *humour* inglês, tradição ela própria matizada, como o próprio Machado faz ver quando a ela se refere no conto "Teoria do medalhão" por exemplo, ou como apontada por Antonio Candido quando indica a "mediação" francesa representada por Xavier de Maistre (Em: "À roda do quarto e da vida", In: *Recortes*) diante das "influências inglesas" de Machado; a sua própria "tradição", ao se reler constantemente, cruzando, inclusive, e ao longo do tempo, contos, romances, crônicas; e a sua atividade crítica, ao se situar em relação ao cor-localismo romântico (no "Instinto de nacionalidade"), ou aos postulados da "nova geração" e ao "realismo" (ou "naturalismo") de Eça de Queirós. Em suma, há mediações de fundo na formação de Machado, que precisa, além disso, ser conectada à própria formação do "campo literário" no Brasil do Segundo Reinado, em especial ao papel exercido, nele, pela imprensa, a palavra como mercadoria em um mundo escravista — o que, por si só, relativiza o valor da mercadoria com as prebendas do prestígio.

Matizar a tradição ou tradições em que mergulha Machado, entre elas a local, buscando os seus, de Machado, acertos e também "erros" (que resistimos muitas vezes a reconhecer, mas que são fundamentais para a própria possibilidade de acertos...), num constante fazer literário, a

debruçar-se sobre o "espólio" local ou sobre as formas historicamente esvaziadas em sua origem, como no caso do romance inglês do século XVIII; ou ao posicionar-se em relação ao romance naturalista em voga à época; ou ao revolver as ideologias em jogo ao seu tempo; ou ao debruçar-se sobre as demandas histórico-sociais de um dos períodos cruciais da história brasileira que ele acompanhou ao longo de sua própria vida, entre o declínio do escravismo e do Império e o ascenso do trabalho formalmente livre e o da República; ou sobre a sua própria obra, constantemente reescrita... — isso, dizia, pode render, assim como creio que possa render para acompanharmos, também, a nossa própria *formação crítica*, que aliás tem no próprio Machado, com o seu "Instinto de nacionalidade", um dos seus "momentos decisivos" em termos de percepção do romance realista não escolar, possível, verossímil e sem penduricalhos cor-localistas. (No que, aliás, Candido iria insistir, um século depois: o mérito de *Memórias de um sargento de milícias* não se encontra no pitoresco descritivo das festas populares, como apontava a crítica aferrada ao localismo nacionalizante, mas na estrutura da narrativa, a acompanhar um movimento que era também social, a lembrar, de sua parte, isto é, de Candido, pelo menos de longe, uma leitura atenta do Luckács de "Narrar e descrever"...) )

Matizar a tradição ou tradições *literárias* que alimentam Machado, e de quem ele se alimenta; matizar a tradição *crítica* que encontra em Antonio Candido um dos seus expoentes, *sem homogeneizá-la*, esse talvez o nosso desafio hoje, até mesmo para que se possa entender Roberto Schwarz e situá-lo na tradição, e, assim, sobre ela avançar, no bom sentido.

Matizar a tradição em que se encaixa Candido, isso assim não de forma retilínea: daí é preciso acompanhá-lo — e eu vou repetir que já indicava anteriormente — lendo Sívio Romero, em *O método crítico...*, Candido se diferenciando de Romero, o Brasil, e a sua literatura, não como "*formação sextiária*", **resultado** de "fatores" de ordem mesológica, raciais etc; é preciso lê-lo perseguindo a *História* de Veríssimo, linha por linha, com ela dialogando e, sempre, ordenando os dados esparsos da *História* de Veríssimo sob a ótica do "sistema"; é preciso acompanhá-lo *em Literatura e sociedade* e ver, já, a tentativa de explicitação, dentro da norma funcional, do "externo" que se torna "interno"; por fim, é preciso lê-lo em "Literatura e subdesenvolvimento", a reler, ele próprio, a *Formação* pelo lado da anomia e dos impasses; e ler "A dialética da malandragem", consecução do percurso do "externo" que se torna "interno", para, por fim, ler "A passagem do dois ao três", exercício eminentemente dialético e marxista, que coloca a acumulação do capital, nas circunstâncias históricas locais, como vetor articulador de *O cortiço*. É preciso lê-lo, ademais, em sua própria formação "uspiana" — do que os textos, aparentemente singelos sobre Roger Bastide, em Recortes, é apenas exemplo — e lê-lo em seus confrontos crítico-ideológico-políticos com o *new-criticism* de um Afrânio Coutinho por exemplo, à época da escrita da *Formação*, disputa em torno de perspectivas metodológicas mas não só, já que que o embate crítico

envolvia também os diferentes projetos nacionais que se digladiavam politicamente nos anos quarenta-cinqüenta; é preciso ler "Literatura e subdesenvolvimento" e a "Dialética da malandragem" em oposição à ditadura militar; é preciso, ainda nesse contexto, ler "A passagem do dois ao três" em seu embate com o estruturalismo, correlato da paralisia acadêmico-autoritária vigente nos anos setenta (e nos noventa, e nos dois mil, e hoje, embora sob nova roupagem...). Isso assim por alto, estudo que requer, também, que se o leia em seus pressupostos teóricos, que dificilmente explicita, com suas modulações: acredito ser muito mais proveitoso ler Candido **se** formando, em relação à e em diálogo com a tradição crítica local, e em relação à externa, com os seus influxos sobre a USP e o recorte que ele, aí, faz, do que lê-lo como um marxista de toda hora.

Isso significa, também, lê-lo em suas nuances estilísticas, com suas marcas metodológicas, e com as devidas inflexões que vai impondo, sutilmente, no seu modo de ver as coisas. Um exemplo: se o campo semântico de a *Formação* pode, a princípio, ser aproximado ao de "Literatura e subdesenvolvimento", e deve sê-lo, na medida mesma em que o Autor parte, em ambos, da noção de "sistema", há, no entanto, uma enorme diferença entre os usos da terminologia funcionalista-integracionista que perpassa o primeiro e a ênfase nas *disfunções* e *anomias* do segundo, como já apontei. Ora, isso tem um sentido extenso, realmente lato, se assim se o quiser: em meio a abordagens culturalistas, marxistas, funcionalistas, o marxismo assumindo feições funcionalistas, como bem ressalta Schwarz em "Pressupostos, salvo engano...", a ênfase, por parte de Antonio Candido, na *anomia* pode, por certo, assumir ares, mas não só, de um "deslizamento", com o perdão da palavra, do campo semântico do funcionalismo para o da dialética. Da anomia do "sistema", caminhos de terríveis "disfunções", no caso brasileiro, como se o demonstra em "Literatura e subdesenvolvimento", até a dialética há, na verdade, um passo talvez largo, mas impossível de se subestimar (*anomia*, afinal, pressupõe *contradição*, algo que não se resolve necessariamente numa *síntese* "superior" — "experiência brasileira" que, parece, Candido busca ressaltar...), a que se soma a percepção corajosa, e a denúncia, lembrando a época em que o ensaio foi escrito, do subdesenvolvimento, da dependência, da dialética "rarefeita" entre o "não ser" e o "ser outro" de Paulo Emílio Salles Gomes.

É um salto, sem dúvida, a que se acrescenta outro, talvez derradeiro (para a nossa perspectiva, é claro): o assalto, em fins do século XIX, do capital. A acumulação do capital como cerne de *O cortiço*. Não que se deva concordar plenamente com a análise de Antonio Candido sobre *O cortiço*, em que ele dá muito mais ênfase à *narração* (as peripécias de João Romão acumulando capital e rumando à ascensão social) do que à *descrição* (Luckács) do cortiço, possivelmente o fulcro do romance, na rota do naturalismo. Mesmo assim, há que se considerar o ganho crítico: da

*integração harmônica* entre o local e o "universal", passando pelas *disfunções* do "sistema" em "Literatura e subdesenvolvimento", ou pela *redução estrutural* da "Dialética da malandragem", até o apontamento das mediações diante do obtuso binarismo estruturalista, afirmando que ao um e ao dois é preciso aduzir, mas não pura e simplesmente somar, o três, vai uma grande diferença, ainda mais quando alicerçada, essa diferença, nos (des)caminhos do capital.

Uma vez trilhado o caminho, que se estende, genericamente, dos românticos a Candido, passando pelo "Instinto" de Machado, num amplo diálogo formativo de nossa crítica mais conseqüente, é possível, evidentemente, ler e reler Candido retrospectivamente, até mesmo, e principalmente, para dimensionar a sua trajetória "formativa". O que não cabe, assim pelo menos parece, e que me parece ser a ótica de uma "nova geração", é pegar o último Candido, e, mais, os que o sucederam, para dizer que ele (ou eles) foi (foram) sempre assim.

Trilhado esse caminho, como dizia, é possível, também, ler Roberto Schwarz, e tentar perceber como ele se insere na tradição crítica "de esquerda", e como ele, inclusive, e por certo, a renova. Aliás, um dado crucial, nesse sentido: será justamente Roberto Schwarz quem irá tirar os "dividendos" da *Formação*, e não o Antonio Candido, diretamente. É, no mínimo, interessante, diria: Candido, afinal, ao lado de breves, embora sempre brilhantes, comentários, a serem ainda pertinentemente garimpados, escreve apenas um ensaio de certo fôlego sobre Machado ("Esquema de Machado de Assis"), mapeando-o para estrangeiros, enquanto Schwarz, a partir de Candido, *mas centrado em outros pressupostos*, que buscam descobrir a articulação formal do texto e nomear explicitamente a articulação do social em termos da luta de classes, em sua incidência local, repõe os estudos machadianos na ordem do dia...

O procedimento de Schwarz requeria ler a tradição crítica local, requeria, fundamentalmente, estudar a obra de Candido, para descobrir-lhe os "achados", num procedimento semelhante àquele que Candido adotara ao ler um Romero e um José Veríssimo, só para ficar nos mais próximos, para, enquanto os trazia para o "sistema", redigir a sua *Formação*. Requeria, em suma, ler Candido, a *Formação* principalmente, sob sua ótica específica, a dele, Schwarz, em que pesava Marx, Lukács, Adorno, a "Teoria da dependência", o tal de "Seminário de Marx" — com a devida permissão, é impagável o título do artigo, não o fosse o próprio artigo, de Roberto Schwarz sobre o recente livro de José Arthur Gianotti, publicado pela Folha de São Paulo no *Mais* de 04/03/20001 ("**O neto corrige o avô**") — e pesam as circunstâncias históricas específicas que se estendem, acredito, dos anos cinquenta aos setenta, com seus embates político-ideológicos típicos, a formação uspiana na contramão do nacional-desenvolvimentismo, no contraponto, depois, do estruturalismo e dos hoje tributários do neoidealismo do "efeito do real", pontos de confluência, aliás, de Schwarz



com a trajetória de Antonio Candido, o que não significa, de outra parte, tenham ambos a mesma trajetória formativa. A formação crítica se dá através do diálogo, confluências e divergências, atração de saberes acumulados para um campo específico, teoricamente demarcado — o que não significa, é bom também deixá-lo claro, ecletismo, muito pelo contrário.

Só isso bastaria, é preciso também dizê-lo, para se colocar em dúvida a concepção orgânica, e retilínea, da tradição literária que redundava em Machado. Ou, noutra ordem, aqui em pauta, da tradição crítica que deságua em Candido, ou em Roberto Schwarz: há, neste caso, entre ambos, um corte "epistemológico", digamos, que precisa ser ressaltado, e não pura e simplesmente "obnubilado", como por vezes parece ser preocupação recorrente.

"Outros pressupostos": isso interessa destacar para que não se leia, **maldosamente inclusive**, o que aqui com certeza não é o caso, a obra de Roberto Schwarz como herdeira em linha direta de Candido simplesmente, ele próprio (e aí a maldade...) se colocando *como ponto culminante de uma tradição crítica*, assim como Machado tem sido lido na seqüência de Macedo e Alencar, o que ele, Machado, também é, mas não só. Dito de maneira curta e grossa: é preciso evitar esse tipo de leitura homogeneizante de nossa tradição crítica que pode levar facilmente a que se leia a obra de Roberto Schwarz como assentada diretamente na de Antonio Candido, transformado, este, numa espécie de um Macedinho ou Alencar preparando, messianicamente, a vinda de Roberto Schwarz e de quaisquer outros...

Ver Antonio Candido como uma espécie de Alencar de Roberto Schwarz, como às vezes parece ser o caso — é impressão minha, é impressão minha com toda a certeza, e como todo impressionismo não tem nada a ver... — não traz, acho, qualquer proveito à leitura nem de Candido, nem à de Schwarz, e muito menos à da tradição crítica "de esquerda". Isso paralisa a crítica, a "nossa" crítica, e a própria possibilidade de existência dessa crítica, em seus embates urgentes, hoje em dia. É, em última instância, um desserviço à tradição crítica de esquerda, quando vista como processo... Processo, aliás, sempre destacado por Schwarz, em seus estudos sobre Candido, cruciais ao seu, o de Schwarz, próprio processo formativo e, muito mais ainda, ao processo formativo de todos aqueles que temos, ainda, com ele, e com a tradição crítica, muito a aprender, e outros, no mínimo, a contribuir.

### III

Tudo isso para, simplesmente, dizer: reescrever uma história da literatura brasileira talvez seja ainda bem possível, mas, para fazê-lo — e o "coletivo" tem deixado essa hipótese, significativamente, cada vez mais no horizonte do improvável — há que se ter em mente a nossa *tradição crítica* e,

fundamentalmente, as nossas *contradições*, que tornam essa mesma tradição não de todo homogênea, mesmo que, genericamente, situada no campo "da esquerda".

Essa, talvez, seja uma das "tarefas" daquilo que entendemos genericamente por uma "crítica de esquerda", totalizante mas não totalitária: antes de escrevê-la, a nossa *História*, talvez fosse possível rever a nossa *tradição*, a nossa própria *formação*, e estabelecer, a partir das nossas próprias dissensões, um consenso mínimo, capaz de constituir, em nossos departamentos, e quem sabe sociedade, alguns "escaninhos", ou, diriam outros, "nichos" — não aqueles de mercado, o mercado dos saberes, inclusive — de resistência...

*Mas, daí, bota história nisso...*

<http://www.grupoformacao.pop.com.br/ensaios/weber1.html> (acessado em 27/01/05)